

UnB abre arquivos da repressão

Documentos comprovam que o SNI mantinha esquema de espionagem a alunos ativistas

Malu Pires

As pesquisas feitas para subsidiar os processos de anistia de professores demitidos da Universidade de Brasília por motivos políticos levaram à descoberta de documentos que comprovam a participação do Serviço Nacional de Informações (SNI), hoje extinto, no esquema de espionagem a alunos, funcionários e professores. Arquivos da Assessoria de Segurança e Informações (ASI) revelam como, onde, de que forma e quem foi alvo de investigações realizadas, principalmente, de 1968 a 1974.

Os fichários, encontrados pela professora do Departamento de História, Geralda Dias Aparecida, na sala de Assessoria Jurídica da UnB, são formados por correspondências trocadas entre a Assessoria de Segurança e Informações (ASI) e o DSI — Departamento de Segurança e Informações. O DSI, vinculado ao Ministério da Educação, funcionou na vigência do regime militar, ligado diretamente ao SNI. O ASI, por sua vez, era subordinado ao DSI.

A iniciativa da correspondência era quase sempre do DSI. O órgão solicitava informações sobre a vida particular e funcional das pessoas, enviando relatórios detalhados sobre as atividades políticas da comunidade universitária e sugerindo a adoção de medidas repressivas. Nas análises conjunturais da UnB, aparece a opinião de que ali era "foco de comunistas".

Os relatórios pormenorizados do DSI sobre panfletagens, passeatas, assembleias, pichações e outras atividades de protesto comprovam que, além da ASI, este órgão mantinha outras fontes de informação dentro da UnB. A ASI, se-

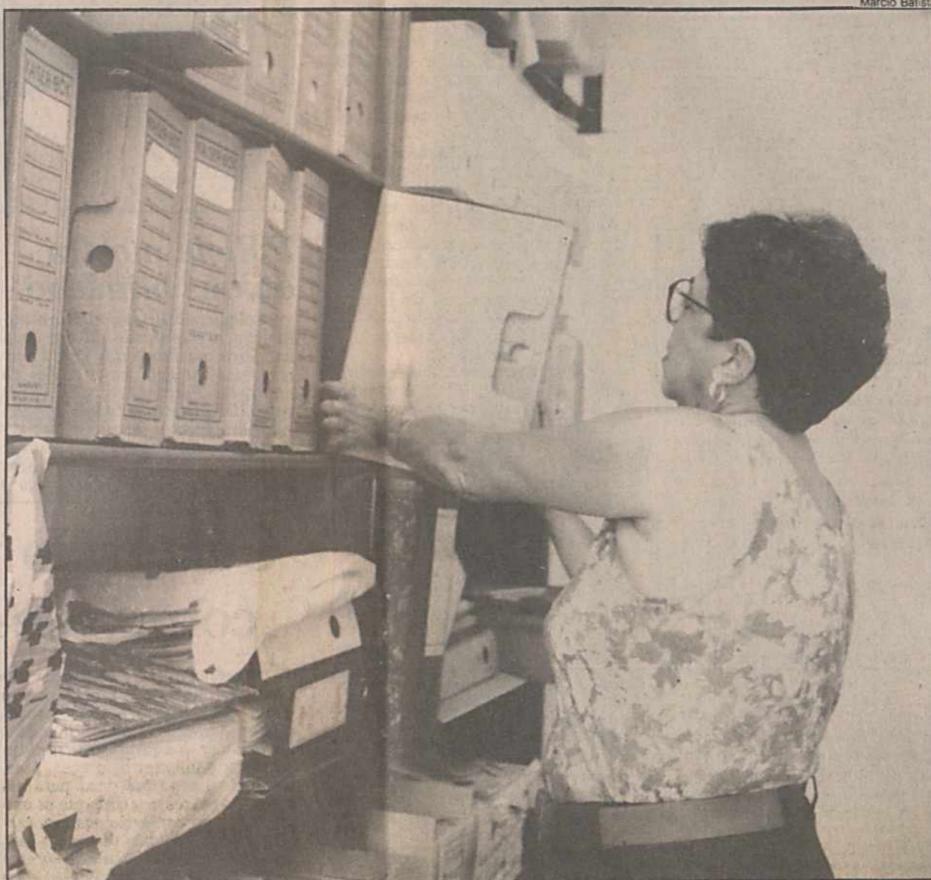
gundo Geralda Aparecida, não tinha quadros específicos dentro da universidade, utilizando funcionários da assessoria jurídica ou da reitoria.

A atuação secundária da Assessoria de Segurança e Informações era, inclusive, alvo de reclamação por parte do DSI, que, em dois documentos, queixa-se da falta de informações. Os relatórios, abrangendo diversas dependências da UnB, citam nomes das pessoas que realizavam as atividades consideradas subversivas, dão detalhes, como a cor de um cartaz, o tipo de fabricação de um adesivo, as palavras de ordem escritas nestes materiais e insinuam o apoio de religiosos "aos subversivos".

A maioria das fichas envolve militantes estudantis. Existem poucos documentos sobre professores e funcionários. Há cópias dos pedidos de informação do DSI. A resposta seguia para este órgão, que não enviava de volta a conclusão a que chegara sobre o assunto. "Indício de que os processos envolvendo docentes ou servidores ainda devem estar lá", conclui a professora Geralda Dias Aparecida.

Dentro de três meses, o acervo estará microfilmado e catalogado pelo arquivo de segurança da UnB. Um resumo de seu conteúdo será entregue ao reitor Antônio Ibañez, que decidirá pela sua abertura ou não ao público. O acesso será franqueado de acordo com a legislação vigente, ou seja, através de habeas data — instrumento que dá ao cidadão o direito de conhecer as informações a seu respeito coletadas pelo Estado.

Esta é a razão alegada pela professora para não fornecer nomes e maiores detalhes presentes nos arquivos da ASI.



A professora Geralda Dias encontrou os fichários na sala da Assessoria Jurídica da UnB

Acesso a dados gera polêmica

A importância dos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília está no fato de que, pela primeira vez, os dados sobre repressão política no Distrito Federal estão sob a responsabilidade de civis residentes na cidade. O deputado Sigmaringa Seixas (PSDB/DF) foi o responsável pela coleta dos 707 processos militares pesquisados pelo Projeto A — Brasil: Nunca Mais, mas a cópia destes documentos está em São Paulo e os originais no exterior.

A falta de informações coloca em primeiro plano a discussão da legislação em vigor sobre acesso aos arquivos da repressão política. A Secretaria de Segurança Pública do DF colocou à disposição dos interessados os documentos existentes ali sobre a questão. O público, entretanto, está restrito aos ativistas da época do regime militar.

O Artigo 5º da Constituição afirma que será dado ao cidadão acesso às informações que o Estado tem a seu respeito. Isso exclui, segundo o secretário de Segurança João Brochado, os parentes de desaparecidos políticos — opinião que é a mesma da professora de História da UnB Geralda Dias Aparecida.

Mudança

A advogada Sílvia Tavares, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, seção DF, discorda. "Não é possível a um morto solicitar sua documentação. Esta interpretação não leva em conta a realidade do País", diz. Na próxima semana a OAB se pronunciará, oficialmente, sobre esta questão.

A partir de amanhã também é esperada a audiência do governador Joaquim Roriz com representantes do Tortura Nunca Mais de Goiás para discussão do assunto. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do DF, deputado Geraldo Magela (PT), participará do encontro. "Acredito que uma abertura ampla dos arquivos seja definida pelo governador", afirma.

Sua intenção é que os arquivos da Secretaria de Segurança passem para a Secretaria de Cultura e sejam encampados pelo Arquivo Público. Caso isso não ocorra, a comissão distrital de direitos humanos elaborará proposta de projeto de lei neste sentido.

Na Câmara dos Deputados é objetivo da Comissão de Desaparecidos Políticos arquivar projeto da Secretaria de Assuntos Estratégicos que amplia os prazos atuais de franquear ao público documentos sigilosos. A legislação em vigor, afirma que os documentos produzidos em 1964 poderiam ser exibidos em 1994 — 30 anos após a data de sua produção. (M.P.)

Expulsos foram vigiados

Mesmo que a professora Geralda Dias Aparecida não possa revelar os nomes que constam dos documentos da Assessoria de Segurança e Informações da UnB, uma conclusão é óbvia: as fichas contêm dados sobre os estudantes envolvidos em processos e expulsos ou suspensos por subversão durante o regime militar.

São citados nos processos militares Honestino Guimarães e Paulo de Tarso Celestino, ambos desaparecidos políticos. E, ainda, Paulo Speller, Alvaro Lins Cavalcante Filho, Antônio Neiva Moreira Neto e Geraldo Gurgel. Foram expulsos em 1977 30 alunos e suspensos 34. Na época, o reitor José Carlos de Azevedo chefiou os trabalhos da Comissão de Inquérito subsidiou os autos com uma lista 75 nomes de estudantes e 13 álbuns de fotografias usados como prova de subversão.

Os expulsos, em sua maioria, são hoje do quadro do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal ou simpatizantes: Arlete Avelar

Sampaio, ex-presidente do PT, o médico Carlos Megale, a bancária Erika Juca Kokay, o médico Flávio Botelho, o sociólogo Virgílio Ribeiro Neto, o bancário Wallace Sessana, a médica Maria Tereza de Souza (Maitê).

Entre os expulsos encontram-se ainda o antropólogo Ralf Campos, o ex-candidato a deputado Jorge Vinhas, a psicóloga Florianita Coelho Braga e Hudson Cunha, funcionário público. Olegário José Mundim trabalhou no gabinete do ex-ministro do Trabalho, Antônio Rogério Magri, Marco Antônio Ribeiro é ator; Paulo Henrique Veiga, arquiteto; Juarez Pires da Silva, jornalista; Maria do Rosário Caetano também jornalista.

O estudante de Medicina João Simplicio Lopes Martins suicidou-se. Após a expulsão mudou-se para São Paulo e foi operário no ABC Paulista. Maria Ângela de Noronha Serpa também tentou suicídio e sobreviveu, mora hoje em São Paulo (M.P.)

armada, o que vem a se efetivar em 1967 com a eleição do Comitê Metropolitano.

Os treinamentos de guerrilha consistiam em marchas, instrução militar e exercícios de tiros praticadas nas proximidades do Distrito Federal. Suas bases estavam estruturadas na Universidade de Brasília e em algumas cidades-satélites. No início de 1969 o grupo decidiu desencadear operações armadas. Não foi longe. A primeira ação marcou a prisão de seus membros.

Com a investigação do arrombamento de uma repartição pública na Asa Norte foram presas 31 pessoas. A ação se destinava à obtenção de cédulas de carteira de identidade. O restante do grupo aderiu à ALN, após contatos com Carlos Marighela, e foi preso entre agosto e setembro do mesmo ano.

Nazista

Com a investigação do paradeiro de um estudante secundarista, em agosto de 1967, a polícia detectou um pequeno grupo político de "confusa inspiração", FAP.

Ele foi idealizado e coordenado pelo engenheiro grego Konstantin Synodinos que pregava o "normalismo", filosofia que decorria da opinião de que 99% da humanidade teria uma estruturação psíquica anormal. Seu texto de fundamentação falava na conscientização contra a "fonte de todos os males da humanidade — o judaísmo". Era integrado por simpatizantes do PCB e não conseguiu realizar nenhuma das ações propostas, entre elas, localizar armamentos do partidão que estariam em Goiás, numa fazenda. (M.P.)

Setembrada dá processo militar

□ Honestino é denunciado pela depreção da Casa Thomas Jefferson

A Setembrada de 1966 é o primeiro processo militar que envolveu alunos da Universidade de Brasília. De acordo com dados da Mitra Arquidiocesana de São Paulo, incluídos no "Projeto A — Brasil: Nunca Mais", o episódio consistiu na apuração da depreção da Casa Thomas Jefferson, da embaixada norte-americana, no dia 21 de setembro daquele e também, na investigação dos líderes das passeatas, comícios e panfletagens realizadas em protesto à eleição indireta, pelo Congresso Nacional, do presidente Costa e Silva, que duraram até 3 de outubro.

As investigações foram feitas pelo Comando Militar de Brasília através da instalação de um Inquérito Policial-Militar (IPM) em 23 de setembro, um dia depois da realização do Dia Nacional de luta convocado e dirigido pela UNE. Seis alunos foram denunciados pelos Ministérios Público, entre eles, Honestino Guimarães e Paulo de Tarso Celestino. Todos eram ligados à UNE, Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) e ao Diretório Central dos Estudantes Secundaristas de Brasília (DCESB).

As diligências do IPM foram concluídas em julho de 1967 e a primeira denúncia judicial data de 20 de setembro daquele ano. Esta foi considerada inconclusiva pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, em novembro de 1969, o auditor recebia a segunda, excluindo Honestino Guimarães dos acusados. Em 7 de abril de 1972 foi realizado o julgamento na Auditoria de Brasília que absolveu um dos réus e condenou outros quatro, a pesquisa da Mi-

tra não revela todos os nomes dos implicados.

Os condenados receberam penas variando de um a dois anos. Paulo de Tarso Celestino recebeu a pena de um ano. "Nesta época já fazia parte da lista de desaparecidos políticos. A informação é de que teria sido torturado e morto em 1971.

Sequestro

O segundo processo que tramitou na Justiça Militar investigou a participação de 12 alunos da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (Feub) no sequestro e interrogatório de um agente policial, ocorrido em 12 de junho de 1968. Ele tentou se infiltrar entre os estudantes, foi detectado e preso nas dependências da universidade e solto após prolongadas negociações com as autoridades. Na saída, a viatura policial usada para retirar o agente foi depreçada.

O inquérito foi iniciado em 8 de agosto de 1968, sob responsabilidade da Delegacia Geral de Investigações, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de Brasília. Foram arrolados nos autos inúmeras manifestações, atividades e planos de ação da Feub e identificadas suas principais lideranças.

O estudante de Geologia Honestino Guimarães, então presidente da entidade, é personagem central do processo. Ele entraria em 1973 para a lista de desaparecidos políticos. Dados do Projeto A informam que foi preso neste ano pelos órgãos de repressão do Rio de Janeiro, onde foi torturado e morto.

A denúncia judicial da inves-

tigação do sequestro foi apresentada em 29 de junho de 1970. O julgamento foi em março de 1972 na Auditoria de Brasília. Dos implicados no episódio — o estudo não revela seus nomes — Honestino Guimarães e Paulo Speller foram condenados a dois anos de prisão. O Superior Tribunal Militar (STM) reformou a sentença e incluiu José Antônio Prates na mesma pena.

Invasão

A invasão de uma quermesse organizada por esposas de militares em 12 de outubro de 1968 e a soltura de grandes balões com tarja preta durante o desfile de 7 de Setembro daquele ano, são objetos do terceiro processo militar pesquisado pelo Brasil: Nunca Mais. Neste, nove estudantes foram réus. O inquérito foi conduzido pela polícia de Brasília.

Durante as investigações foi constatado que os alunos invadiram a quermesse para distribuir panfletos. Tomaram o microfone à força e denunciaram a prisão de colegas reunidos no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Alguns foram presos ali mesmo por oficiais em trajes civis que participavam da festa. Neste mesma noite, um dos estudantes foi detido pintando com tinta spray, em lugares públicos, a frase "viva a UNE".

Os réus foram julgados em 5 de abril de 1972 pela 11ª Circunscrição da Justiça Militar (CJM). Foram absolvidos seis e condenados a seis meses de prisão — com base na Lei de Segurança Nacional — Alvaro Lins Cavalcante Filho, Antônio Neiva Moreira Neto e Geraldo Gurgel.

Professor anistiado não retorna

Uma constelação. É desta maneira que a lista dos professores "subversivos" ao regime militar demitidos entre 1964 e 1965 pode ser caracterizada. Passados 28 anos há na lista de 210 docentes pessoas de credibilidade segura em suas áreas de trabalho e alguns com fama nacional e internacional. No primeiro grupo de 15 professores demitidos, por exemplo, dois nomes de peso se destacam — o do senador Pompeu de Sousa (PSDB/DF), já falecido, e o do ex-consulador geral da República e ministro do Supremo Tribunal Federal, José Sepúlveda Pertence.

As outras demissões se deram em solidariedade ao grupo dos 15 e

desta lista se sobressaem nomes como o do arquiteto Oscar Niemeyer, do artista plástico Athos Bulcão, do cineasta Nelson Pereira dos Santos — diretor do único filme brasileiro ganhador da Palma de Ouro de Cannes — O Pagador de Promessas. E, ainda, o senador Darcy Ribeiro, Jean Claude Bernardet e Lucila Ribeiro Bernardet, diretores do Museu de Arte Moderna de São Paulo.

Vale lembrar, ainda, o escultor Alfredo Ceschiatti, o professor Roberto Aureliano Salmeron — à época cogitado para o Nobel de física. E, ainda, Roberto de Las Casas, ex-dirigente do Partido Socialista

Brasileiro de Brasília, o jornalista Décio Pignatari, João da Gama Filgueiras Lima, o Lelé — um dos idealizadores dos prédios do Centro Integrado de Apoio à Criança (CIAC) e Ana Mae Tavares Bastos, escultora.

Até o ano passado foram instruídos 210 processos de anistia e 170 tinham sido deferidos. A maioria dos professores não retornou à universidade de Brasília, se aposentou, morreu ou estão gozando as férias acumuladas. "Mas a reabilitação histórica foi feita", assinala a professora Geralda Dias Aparecida, coordenadora destes trabalhos até 1991, (M.P.)

Expulsos de 1977

- Agamenon de Araújo Sousa
- Alcídes Bartolomeu de Faria
- Antônio Ramaiana de Barros Ribeiro
- Arlete Avelar Sampaio
- Carlos Alberto de Almeida
- Carlos Geraldo Megale
- Erika Juca Kokay
- Flávio de Oliveira Pena
- Flávio Botelho
- Florianita Coelho Braga
- Heitor Matallo Júnior
- Hudson Cunha
- João Simplicio Lopes Martins
- Jorge Augusto de Oliveira Vinhas
- José Ralf de Oliveira Campos
- Juarez Pires da Silva
- Leilah Abadallah
- Ligia Terezinha Lopes Simonian
- Manoel Mosart Machado
- Marco Antônio Ribeiro Lima
- Maria Ângela de Noronha Serpa
- Maria Auxiliadora de Medeiros Valle
- Maria do Rosário Caetano
- Maria Tereza Gonçalves de Souza
- Michel Zaidan Filho
- Olegário José Mundim
- Paulo Henrique Veiga
- Sérgio Mascarenhas de Moura
- Virgílio Ribeiro Neto
- Wallace José Sessana